

LEVANTAMENTO DOS MARCOS LÓGICOS E LEGAIS DO PROGRAMA NACIONAL DE DST E AIDS – PNDST-AIDS

1. Marcos Lógicos

<i>NORMATIVAS INTERNACIONAIS</i>		
Publicação/Origem		Ementa
<u>DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS</u>	1948	Lista os direitos e deveres fundamentais de todo ser humano.
<u>Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem</u>	1948	Resolução XXX, Ata Final, aprovada na IX Conferência Internacional Americana, em Bogotá, em abril de 1948. Cita os direitos essenciais do homem, que os Estados americanos devem reconhecer.
<u>DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA</u>	1959	Estabelece direitos universais das crianças.
<u>CONVENÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA</u>	1989	Adotada pela Resolução n.º L. 44 (XLIV) da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989 e ratificada pelo Brasil em 20 de setembro e 1990. Enuncia um amplo conjunto de direitos fundamentais – os direitos civis e políticos, e também os direitos econômicos, sociais e culturais – de todas as crianças, bem como as respectivas disposições para que sejam aplicados.
<u>Declaração Mundial sobre a Sobrevivência, a Proteção e o Desenvolvimento das crianças nos anos 90</u>	1990	O bem-estar de todas as crianças foi um compromisso assumido por 71 presidentes e chefes de Estado, além de representantes de 80 países durante o Encontro Mundial de Cúpula pela Criança, realizado dias 28 e 29 de setembro de 1990, na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque.
<u>PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE A SOBREVIVÊNCIA, A PROTEÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA NOS ANOS 90</u>	1990	Objetiva orientar os governos nacionais, as organizações internacionais, as agências bilaterais de assistência, as organizações não-governamentais (ONGs), e a todos os outros setores da sociedade, na formulação dos seus próprios programas de ação para garantir a implementação da Declaração do Encontro Mundial de Cúpula pela Criança.
<u>PROTOCOLO DE SAN SALVADOR</u>	1998	Protocolo Adicional à Convenção Interamericana Sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
<u>Declaração de Compromisso na Luta contra o HIV/Aids</u>	2001	A comunidade internacional aprovou a declaração na Sessão Extraordinária da Assembléia Geral, realizada de 25 a 27 de junho de 2001, com o objetivo comum de reduzir a propagação do HIV/AIDS e atenuar seus efeitos.

<i>NORMATIVAS INTERNACIONAIS</i>		
Publicação/Origem		Ementa
<u>UM MUNDO PARA AS CRIANÇAS – RELATÓRIO DAS SESSÃO ESPECIAL DA ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE A CRIANÇA</u>	2002	Documento resultante da Sessão Especial sobre a Criança, um acordo unânime em torno de uma nova agenda para as crianças do mundo, incluindo 21 metas e objetivos específicos para saúde infantil, educação e proteção.

MARCOS NACIONAIS		
Publicação/Origem		Ementa
<u>Declaração dos direitos fundamentais da pessoa portadora do vírus da Aids</u>		Idealizada pelo jornalista e escritor Herbert Daniel - fundador do Grupo Pela Vidda/RJ - e apresentada em 1989, durante o encontro nacional das ONG-ENONG - na cidade de Porto Alegre/RS, em 1989.
<u>PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS I</u>	1996	O Programa enumera as propostas de ações governamentais, a fim de fortalecer a democracia, promover e aprimorar o sistema de proteção aos direitos humanos.
<u>MANUAL DO MULTIPLICADOR – AMBIENTE PRISIONAL</u>	1996	Manual de orientação para atuação do agente multiplicador de saúde, que pretende informar e educar o presidiário para os riscos de infecção pelo HIV e a AIDS, fazendo com que, a partir da conscientização, ele se tome responsável e capaz de se prevenir, resguardando a sua saúde e a do seu grupo de condição.
<u>MANUAL DO MULTIPLICADOR - HOMOSSEXUAL</u>	1996	Instrumento de orientação e suporte à ação do multiplicador que irá atuar, especificamente, junto à população homossexual.
<u>MANUAL DO MULTIPLICADOR – PREVENÇÃO ÀS DST/AIDS</u>	1996	A prevenção das DST e da infecção pelo HIV exige diferentes formas e níveis de atuação. Dentre elas destaca-se a educação através dos pares, como a mais bem sucedida e documentada, quando se deseja diminuir o risco de infecção entre indivíduos e/ou grupos cujo comportamento os tornam mais vulneráveis às DST e ao HIV. Baseado nessa experiência e compreendendo que a sociedade brasileira já acumula experiência suficiente para que o processo seja enormemente ampliado, o PNDST/AIDS passa a implementar essa estratégia também através da disponibilização de material instrucional para a formação de agentes para atuarem diretamente com grupos de maior risco. Neste contexto foi publicado este Manual.
<u>MANUAL DO MULTIPLICADOR – PROFISSIONAL DO SEXO</u>	1996	Manual destinado ao trabalho do multiplicador com Profissionais do Sexo. O propósito do manual é instrumentalizar os profissionais do sexo a multiplicar as técnicas de prevenção às DST/AIDS, entre os seus pares, sem, de maneira

MARCOS NACIONAIS		
Publicação/Origem		Ementa
		alguma, ordenar conceitos morais alheios às necessidades desse público alvo.
DIRETRIZES E NORMAS REGULAMENTADORAS DE PESQUISAS ENVOLVENDO SERES HUMANOS	1996	Incorpora, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, os quatro referenciais básicos da bioética: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, entre outros, e visa assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos de pesquisa e ao Estado.
POLÍTICA NACIONAL DE DST /AIDS – PRINCÍPIOS, DIRETRIZES E ESTRATÉGIAS	1999	Sistematiza as diretrizes que norteiam as ações do Programa Nacional de DST/Aids no âmbito da Secretaria de Políticas de Saúde do Ministério da Saúde.
PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS II	2002	Atualização do Programa Nacional de Direitos Humanos. O PNDH II deixa de circunscrever as ações propostas a objetivos de curto, médio e longo prazo, e passa a ser implementado por meio de planos de ação anuais, os quais definirão as medidas a serem adotadas, os recursos orçamentários destinados a financiá-las e os órgãos responsáveis por sua execução.
PLANO NACIONAL DE SAÚDE NO SISTEMA PENITENCIÁRIO	2003	Destina-se a prover a atenção integral à saúde da população prisional confinada em unidades masculinas e femininas, bem com as psiquiátricas.
POLÍTICAS E DIRETRIZES DE PREVENÇÃO DAS DST/AIDS ENTRE MULHERES	2003	Trata-se de um manual de Políticas e Diretrizes de Prevenção às DST e HIV/Aids entre Mulheres.
Plano Nacional de Saúde	2004	O objetivo do Plano é promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para a sua promoção, proteção e recuperação, assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades regionais e provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.
PNA - Plano Nacional de Monitoramento e Avaliação	2005	Documento referencial que explicita as diretrizes técnico-científicas e operacionais da política de Monitoramento e Avaliação do PN-DST/AIDS. O foco desse plano é o uso do M&A para a melhoria do programa, embora aborde também a prestação de contas à sociedade e a outros parceiros.
PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	2006	Versão atual do PNEDH. A estrutura do documento estabelece concepções, princípios, objetivos, diretrizes e linhas de ação, contemplando cinco grandes eixos de atuação: Educação Básica; Educação Superior; Educação Não-Formal; Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança Pública e Educação e Mídia.

2. Marcos Legais

Tipo	Ident.	Data	Órgão	Ementa
Lei	7.649	25/01/88	PR	Estabelece a obrigatoriedade do cadastramento dos doadores de sangue bem como a realização de exames laboratoriais no sangue coletado, visando a prevenir a propagação de doenças, e dá outras providências.
Parecer	14	20/05/88	CFM	Analisa aspectos éticos da AIDS quanto a discriminação na relação médico-paciente, instituições, medicina do trabalho e pesquisa.
Lei	7.670	08/09/88	PR	Estende aos portadores da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida - SIDA/AIDS os benefícios que especifica e dá outras providências.
Constituição Federal do Brasil		05/10/88	Assembléia Nacional Constituinte	Conjunto de normas, regras e princípios supremos do ordenamento jurídico do país.
Lei	7.713	22/12/88	PR	Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.
Portaria Interministerial	796	20/05/92	MS/MEC	Proíbe discriminação de crianças portadoras de HIV/aids nas escolas.
Portaria Interministerial	869	11/08/92	MS/MT	Proíbe testagem anti-HIV de funcionários públicos federais: admissão, periódico e demissional.
Portaria	1.656	28/11/94	MEC	Recomenda a prática da educação preventiva integral nos conteúdos e atividades curricular, que contemple as questões relacionadas às doenças sexualmente transmissíveis e, especialmente, a síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS) , a gravidez indesejável.
Portaria	21	21/03/95	MS	Orienta e organiza o acesso e a distribuição dos medicamentos para AIDS.
Lei	9.313	13/11/96	PR	Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS.
Portaria	874	03/07/97	MS	Guia de condutas terapêuticas em HIV/AIDS.
Portaria	1.886	18/12/97	MS	<u>Aprova as Normas e Diretrizes do Programa de Agentes Comunitários de Saúde e do Programa de Saúde da Família.</u>
Resolução	01	30/03/99	CNPCP	Recomenda aos Departamentos Penitenciários Estaduais ou órgãos congêneres seja Assegurado o direito à visita íntima aos presos de ambos os sexos, recolhidos aos estabelecimentos prisionais.
Portaria	1.943	18/10/01	MS	Define a relação de doenças de notificação compulsória para todo território nacional, incluindo entre elas a infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV) em gestantes e crianças expostas ao risco de transmissão vertical, sífilis congênita, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS).
Lei	10.449	09/05/02	PR	Dispõe sobre a comercialização de preservativos masculinos de látex de borracha.
Portaria	2.104	19/11/02	MS	Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o Projeto Nascer-Maternidades e dá outras providências.
Portaria	2.313	19/12/02	MS	Institui incentivo financeiro para estados, Distrito Federal e municípios implementarem ações programáticas para Aids e outras DST.

Tipo	Ident.	Data	Órgão	Ementa
Portaria	2.314	20/12/02	MS	Aprova a Norma Técnica - Incentivo HIV/AIDS e outras DST - N° 01/2002.
Resolução	1.665	2003	CFM	Dispõe sobre a responsabilidade ética das instituições e profissionais médicos na prevenção, controle e tratamento dos pacientes portadores do vírus da SIDA (AIDS) e soropositivos.
Portaria	1.679	13/08/04	MS	Aprova normas relativas ao Sistema de Monitoramento da Política de Incentivo no Âmbito do Programa Nacional de DST e Aids, e dá outras providências.
Portaria	1.824	02/09/04	MS	Dispõe sobre as normas relativas aos recursos adicionais destinados a estados, ao Distrito Federal e a municípios, qualificados para o recebimento de incentivo para o financiamento das ações desenvolvidas por Casas de Apoio para Adultos Vivendo com HIV/Aids.